



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PRIVADA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL
DE 2018**

Aos doze dias do mês de abril de dois mil e dezoito, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira, e Fernando José Martins da Silva, a reunião ordinária privada da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017.

Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregues a todos os Vereadores.

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, o Vice-Presidente e os Vereadores, António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, relativamente a um pedido formulado pela UPOB na última Reunião de Câmara, na pessoa do Vereador em regime de substituição Rui Santos, no sentido de integrar na Ordem de Trabalhos uma Proposta referente a incentivo ao voluntariado nos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro, informou que a mesma assentou numa pretensão daquela Associação, à qual o anterior Executivo Municipal deu resposta. Tendo em atenção que na Proposta apresentada é mencionado não ter sido dada qualquer resposta, questionou o Vereador eleito pela UPOB se pretendia retirar e reformular a mesma, tanto mais que a resposta dada pelo anterior Executivo esclarecia que muitos dos pontos não eram passíveis de concretização por parte da Câmara Municipal.

Esclareceu estar disponível para reunir com os Bombeiros Voluntários de forma a conseguir-se ultrapassar algumas dificuldades legais que obstam à concretização do proposto.
Tendo em atenção o que acabou de informar, referiu ter sido esta a razão pela qual o assunto não se



Oliveira do Bairro câmara municipal

encontra agendado para a presente Reunião de Câmara.....

Informou ainda não ter sido remetida a Ata da Reunião de Câmara de 8 de março de 2018 pelo facto de ter havido alguns problemas técnicos na gravação da mesma e o consequente recurso aos apontamentos escritos efetuados, o que dificultou a elaboração daquela Ata.....

O **Vereador Fernando Silva**, mencionou que irá abordar o assunto com o Eng.º Rui Santos e na próxima Reunião de Câmara dará a respetiva nota.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, alertou para os danos provocados na Rua do Roque, no troço junto às Bombas Alves Bandeira, decorrentes da instalação de infraestruturas de gás, dado o alcatrão ter sido substituído por pedras de calçada, verifica-se que o mesmo se encontra em difíceis condições de circulação, com os consequentes constrangimentos que provoca.....

Tendo em atenção as obras de requalificação da Escola Dr. Fernando Peixinho, considerou que se deveria avaliar a possibilidade de se beneficiar o acesso à Escola pela Rua Forno da Telha, uma vez que aquela estrada é bastante estreita e com visibilidade reduzida, dando ainda a conhecer a existência de uma boca de incêndio que está presa com um pau ao muro de uma casa, situação aquela que urge solucionar.

No que respeita ao património arqueológico da Freguesia da Palhaça, mais concretamente as denominadas “Pontes da Palhaça”, próximas da residência do Vereador António Mota em direção a Águas Boas e cujos vestígios se encontram descritos na Revisão do PDM, pelo conhecimento que tem, existe um pedido de catalogação da DRCC que, entretanto, foi revogado dado grande parte do conjunto de pontes ter ruído, apenas existindo uma que ainda assim também se encontra em perigo de ruína. Considerou que se torna difícil de valorizar aquele património tendo em atenção a diversa legislação em vigor que o protege, mas que ao mesmo tempo constrange as populações à sua volta, pelo facto de não existirem ainda os correspondentes estudos e subseqüente catalogação, situação esta que urge solucionar.

O **Vereador António Mota**, reportando-se à forma como foram executadas as obras decorrentes da instalação das infraestruturas de gás, considerou a sua execução como grave e uma vergonha, tanto mais que os cidadãos acusam a Autarquia e esta apenas tem a função de fiscalizar a obra e obrigar a que o arruamento fique da mesma forma como se encontrava antes da intervenção. Muito embora reconheça que o estado do tempo não tem sido favorável, considera que se deve proceder à reparação dos danos o mais rapidamente possível, devendo igualmente ter-se em atenção às intervenções que são levadas a efeito nas vias municipais, principalmente naqueles em que existe grande circulação automóvel.

Congratulou o Executivo Municipal pela criação do “Espaço Empresa”, considerando no entanto que a Câmara Municipal tem de se preocupar não só com o balcão de apoio ao tecido industrial, mas terá de haver, por parte dos Serviços Municipais, uma resposta rápida relativamente aos Processos



Oliveira do Bairro câmara municipal

ligados à construção, mais concretamente de projetos que obrigam à elaboração de estudos económicos, os quais têm de ser apresentados até 27 de abril, sob pena de se perder a possibilidade de recorrer a uma Candidatura.

Mais disse que, apesar do processo se encontrar para análise desde dezembro último, ainda não foi dada qualquer resposta por parte da Câmara Municipal. Tendo em atenção a urgência na apresentação da Candidatura, solicitou que o Presidente da Câmara aferisse as razões da demora em dar a competente resposta.....

O **Vereador Fernando Silva**, reportou-se igualmente às condições da E.M. 335, na qual têm ocorrido alguns sinistros, uma vez que o anterior Executivo Municipal, durante 12 anos não efetuou qualquer manutenção nos principais eixos rodoviários do Município e a intervenção que fez na E.M. 335 foi uma vergonha, uma vez que acrescentou riscos na via.....

Considerou que as intervenções que a Câmara Municipal tem levado a efeito têm sido corretivas, quando as mesmas deveriam ter carácter preventivo, ou seja, ser devidamente agendadas, planificadas e com verba inscrita de modo a serem corretamente concretizadas.

Relembrou que a E.M. 333 que liga Vagos a Oiã foi construída em 1998 e, em vinte anos, à exceção do Centro da Vila de Oiã, não foi beneficiada, pelo que a mesma se encontra em degradantes condições de circulação que podem resultar num grave acidente de viação e cuja responsabilidade recai na Câmara Municipal. Em relação à E.M. 333-1, que passa por Bustos e pela Mamarrosa também se encontra na mesma situação e a E.M. 335, feita em 2002/2003, não sofreu, desde essa data, qualquer intervenção.....

Acrescentou que a AdRA não pode efetuar rasgos numa estrada municipal sem que previamente tenha acordado com os Técnicos Municipais que tipo de intervenção é que vai realizar, não concebendo que agora se tapem rasgos com paralelos, os quais andam depois à solta, o que significa que além dos buracos existem pedras na via com 10/15cm que danificam as viaturas, o que é, na sua opinião, inaceitável, não acreditando que os Técnicos Municipais tenham aceite aquele tipo de substituição de pavimento.....

No que respeita à sinalização, referiu desconhecer a existência de qualquer gabinete na Câmara Municipal que exija às companhias de seguro dos condutores que danificam a sinalética municipal a reposição da mesma.

Solicitou que fosse endereçado à AdRA e a outras entidades que realizaram intervenções nas vias municipais, informando-os que a Câmara Municipal transferirá qualquer responsabilidade pelos eventuais danos causados a terceiros, decorrentes dessas mesmas intervenções. Certamente que os mesmos passarão a estar mais atentos ao que fazem.....

Considerou inaceitável que a Ata da Reunião de Câmara de 8 de março não tenha sido apresentada para apreciação e aprovação, uma vez que a Câmara Municipal tem os meios necessários para que



Oliveira do Bairro câmara municipal

tal não suceda.

Questionou se a Câmara Municipal está interessada, ou não, em adquirir os bens móveis do IPSB...
No que respeita à empreitada relacionada com os acessos à Feira da Palhaça, a qual, após a respetiva adjudicação pelo anterior Executivo Municipal, aparentemente foi cancelada, pelo que questionou se a obra será terminada.

Referiu ter tido conhecimento da existência de verbas para se avançar com as Candidaturas para construção dos Centros de Saúde a Poente do Concelho, tendo questionado se tal corresponde à verdade.

O **Vice-Presidente da Câmara**, reportando-se à criação do “Espaço Empresa”, referiu que a adesão foi um privilégio para o Município, sendo que somente havia dois Municípios do Distrito de Aveiro presentes, Oliveira do Bairro e São João da Madeira e por conseguinte o único da CIRA a subscrever o Protocolo, ficando, desta forma, demonstrada a vontade política que o Executivo Municipal tem em trabalhar na área do investimento empresarial.

No que respeita à demora dos Processos de Obras mencionou que, desde a tomada de posse, o atual Executivo tem feito um esforço muito grande na diminuição do tempo de análise dos processos, o que se tem constatado na esmagadora maioria deles. De igual modo mencionou o facto de, sempre que foi solicitado, recebeu todo e qualquer empresário que tivesse questões para esclarecer relacionados com processos em curso, tendo mesmo chegado a intervir naqueles que eram efetivamente considerados urgentes, agilizando a análise e respetivos despachos, pelo que, no caso em concreto mencionado pelo Vereador António Mota também se encontra disponível para o efeito, mas, pelo que tem conhecimento, o mesmo já terá sido alvo de análise, decisão e notificação.

O **Presidente da Câmara**, agradeceu a intervenção do Vereador Álvaro Ferreira, referindo que tomou a devida nota e que a mesma será tida em consideração.

No que concerne à questão dos arruamentos, mencionou que tem tomado a iniciativa de chamar as empresas que efetuam as diferentes intervenções nos arruamentos, no caso em concreto da Rua do Roque, a LusitâniaGás, e que incluiu, quer os responsáveis locais, quer a administração, decorrente do facto de terem passado meses sem que fosse reposto o pavimento danificado. Ficou acordado que, após terminar a época de chuvas e o esclarecimento de algumas dúvidas que existiam relativamente ao facto de ter havido um eventual aproveitamento das valas abertas por parte da Junta de Freguesia para colocação de tubos de drenagem de águas pluviais (o que não ocorreu) que o piso será reposto em betuminoso, ou seja, a vala irá ser reposta na totalidade.

Disse reconhecer que as pavimentações que foram levadas a efeito no termo do anterior mandato não foram as mais adequadas. Esclareceu que se tinha acabado de pintar as marcações nas estradas e pavimentou-se por cima; em alguns locais não houve lugar a qualquer beneficiação e houve pavimentação em estradas que possuem Garantias que estão agora a ser discutidas. Tudo isto, na



Oliveira do Bairro câmara municipal

sua opinião, representa uma duplicação de custos uma vez que a Câmara terá de efetuar novamente a marcação da sinalética horizontal e tem planos para pavimentar aqueles arruamentos referidos pelos Vereadores, mas também outras vias no Concelho, uma vez que, tal como foi afirmado, os 15 ou 20 anos já se notam no pavimento das estradas.....

Relembrou, ainda, ter dado a conhecer na última Reunião de Câmara o facto de se ter procedido à anulação relativa à repavimentação de vias no Concelho, uma vez que, em grande parte delas, terão de ser construídas redes de águas pluviais antes de se proceder à respetiva pavimentação e, paralelamente, proceder-se à pintura de sinalização horizontal. Esse é o estudo que, presentemente, está a ser levado a efeito pelos Serviços Municipais.

Acrescentou que a beneficiação irá iniciar-se na Rua de Sto. António nos Carris, pela Rua de Vila Nova na Palhaça e assim sucessivamente.....

Informou que em reunião havida com a AdRA foram afloradas uma série de circunstâncias por forma a evitar os remendos no pavimento e as intervenções a efetuar por aquela entidade deverão ser previamente comunicadas de forma a que um Técnico do Município possa acompanhar as mesmas, incluindo as reposições. Foi nessa reunião elencada uma série de problemas relacionados com reposições que se encontram já há sete anos por efetuar.

Informou que se está a fazer um esforço muito grande no sentido de precaver a reposição da sinalética decorrente dos acidentes e subsequente atribuição de responsabilidades pelos custos da respetiva substituição, sendo disso exemplo a substituição dos semáforos na Palhaça, cujos custos foram suportados pela Companhia de Seguros.

No que respeita à venda dos bens do IPSB, informou que a Câmara Municipal esteve presente na venda, licitou, contudo, tendo em atenção os valores que atingiu não houve possibilidade de concretizar a aquisição, não colocando, contudo, de parte a possibilidade de adquirir aqueles mesmos bens, por forma a que se consiga manter a vertente educativa naquele local.....

No que respeita aos acessos à Feira da Palhaça informou não ter anulado qualquer procedimento, realçando o facto de se ter conseguido chegar, ao fim de três anos de impasse, a um entendimento com o proprietário de um terreno na Rua da Bica, por forma a que se consiga repor as acessibilidades àquele terreno e, assim, brevemente, será levada a efeito a conclusão do acesso à entrada norte e poente da Feira da Palhaça.

Informou ter tido uma reunião no dia de ontem, na Câmara Municipal, com o Vice-Presidente da ARS a fim de discutir não só a falta de profissionais de saúde, nomeadamente na zona poente do Concelho e em especial na União de Freguesias, mas igualmente a construção de novos equipamentos, tendo sido informado não existir verba disponível para o efeito. Relembrou que no caso da construção do novo Centro de Saúde de Oliveira do Bairro, o valor do apoio comunitário foi de 85%, tendo a ARS suportado o restante, cabendo à Câmara Municipal suportar as verbas inerentes à fiscalização e a



Oliveira do Bairro câmara municipal

formulação dos projetos. Na reunião havida, informou ter mencionado ao representante da ARS que a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro estaria disponível para suportar os 15%, devendo a ARS fazer os esforços necessários para que as duas Candidaturas existentes no âmbito do Pacto da CIRA e que se encontram com valores zero, sejam efetivamente contempladas.

O **Vereador António Mota**, solicitou que, se os Técnicos Municipais devem estar presentes para fiscalizar as obras que são levadas a efeito, não se deve permitir que as Juntas de Freguesia efetuem trabalhos de travessia de águas pluviais, porque sendo a estrada municipal, deve ser a Câmara Municipal a executar a obra. Por forma a acautelar que a mesma venha a ser mal-executada.....

O **Presidente da Câmara**, respondeu que a questão tinha sido colocada pela LusitâniaGás, mencionando que a Junta de Freguesia tinha aproveitado a vala, que foi por eles aberta, para colocar tubos destinados às águas pluviais. A Junta de Freguesia ao ser questionada respondeu que não tinha ocorrido.....

O **Vereador Fernando Silva**, reportando-se à sinalização no Concelho, afirmou que tem votado contra e continuará a votar contra, até que a questão da sinalética seja tratada de uma forma rigorosa e responsável, dando a conhecer ter havido hoje um acidente grave à saída da Zona Industrial da Palhaça e por conseguinte, entende que deve ser feito um trabalho sério no sentido de solucionar a questão.....

PONTO 2 – RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2017, DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017, INVENTÁRIO DO ANO DE 2017 E APLICAÇÃO DO RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO 2017.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, a fim de introduzir o assunto, o Vice-Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota e Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, referiu que se trata de um Relatório de Gestão de mudança de ciclo e que abarca dois Executivos, um com a duração de dez meses e o segundo com dois meses.....

Mais disse que nestes dois meses de Mandato, houve quase que uma gestão corrente decorrente de uma série de circunstâncias que vinham do Executivo anterior e se encontravam em execução.....

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que o atual Executivo pouco ou nada tem a ver com a Prestação de Contas ora apresentada, devendo, contudo, o documento ser analisado com atenção uma vez que poderá haver uma tendência que ajude a governação futura.

Realçou o facto de ter havido uma diminuição que apelidou de drástica dos Custos Diferidos, que passaram de 441.000,00 € (quatrocentos e quarenta e um mil euros) em 2016, para 38.000,00 € (trinta e oito mil euros) em 2017, tendo solicitado uma explicação para essa diminuição.

Solicitou a confirmação de que os resultados líquidos estão incorporados nos resultados transitados de forma adequada.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Alertou o Executivo para o facto de as Despesas Correntes representarem já 56% das Receitas Totais e somente se liberta o valor de 1.800.000,00 € (um milhão e oitocentos mil euros), o que significa que se fosse uma empresa, já se encontrava em derrapagem financeira séria.

Em relação ao resumo da Execução do Plano Plurianual de Investimentos mencionou que a Execução era somente de 23%, o que, como já tem afirmado por inúmeras vezes, significa que sem investimento não há futuro e a Câmara Municipal tem um papel fundamental na ação social que lhe compete ter e que não questiona, mas terá de haver uma harmonia, pois o dinheiro tem de vir de algum lado e se não resultar das funções económicas, virá dos bolsos de cada um dos munícipes, ainda que, a execução ao nível dos investimentos tenha rondado os 42%, mas a questão económica, que é para si a mais importante, somente rondou os 23%.

No que respeita à listagem dos funcionários, alertou para o facto de haver inúmeros funcionários que têm somente o apelido, o que não compreende, uma vez que deveria ter o nome completo.

Acrescentou que, nas notas do Balanço e Demonstração de Resultados, no que à Fundação Comendador Almeida Roque diz respeito, é mencionado que os respetivos fundos patrimoniais ascenderam a 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil euros), onde se inclui o resultado líquido negativo do exercício de 2017 no valor de 111.000,00 € (cento e onze mil euros). A este respeito, lembrou ter sido afirmado pelo Vice-Presidente da Câmara que, a Escola Profissional da Bairrada era lucrativa, pelo que, questionou o motivo pelo qual o valor apresentado é negativo.

Relativamente aos processos judiciais, mencionou que estava escrito no documento, ser expectável um desfecho favorável ao Município das ações, mas sabe-se que tal não corresponde à verdade uma vez que os casos que têm decorrido não têm sido nada favoráveis, pelo que os riscos têm de ser identificados e acautelados.

Considerou que a Câmara Municipal possui alguns empréstimos com taxas demasiado elevadas, que rondam os 5% e que totalizam cerca de 2.000.000,00 € (dois milhões de euros), pelo que, na sua opinião, deveria ser equacionada a sua liquidação ou, em alternativa, contrair um empréstimo a uma taxa mais favorável.

O **Vereador António Mota**, considerou ser visível que nos próximos anos a Câmara Municipal não irá conseguir criar Receita de Capital, verificando-se que a transferência de Receita Corrente para Despesa de Capital está a reduzir-se de forma drástica, ou seja, no ano transato houve uma transferência de 2.400.000,00 € (dois milhões e quatrocentos mil euros) e este ano a transferência foi de 1.800.000,00 € (um milhão e oitocentos mil euros), ou seja, uma redução de 600.000,00 € (seiscentos mil euros) em termos de investimento, o que é significativo.

Solicitou ao Presidente da Câmara que explicasse a razão da passagem de 664.000,00 € (seiscentos e sessenta e quatro mil euros) de Resultados Líquidos do Exercício positivos do ano anterior, para 1.230.000,00 € (um milhão duzentos e trinta mil euros) negativos no ano a que respeita o Relatório..



Oliveira do Bairro câmara municipal

Relativamente ao custo da recolha de lixos, que se encontra inserido numa rubrica de Trabalhos Especializados, questionou qual o montante relativo à despesa, de modo a conseguir-se avaliar a variação entre o montante da receita e da despesa e assim atestar o bom ou o mau concurso que foi levado a efeito, relativamente à recolha de lixos, do bom ou do mau serviço social que se está a prestar à população.....

No que concerne à execução do Plano Plurianual de Investimentos e tendo em atenção o montante que se está a transferir para Receita de Capital significa uma redução ao nível do investimento. Mais disse que cerca de 9% da Despesa Corrente destina-se a pagamento de juros à Banca, que rondam os 800.000,00 € (oitocentos mil euros), pelo que sugeriu a renegociação daqueles empréstimos ou a possibilidade de pagamento antecipado da dívida, caso as cláusulas do contrato não sejam muito penalizadoras para o Município.

Reportando-se à Demonstração de Resultados, referiu constatar que o Vice-Presidente da Câmara não conhece as Contas do IPB, dado que, recentemente, o mesmo informou que os resultados eram francamente positivos, o que não corresponde à verdade, uma vez que se verifica o valor de 111.000,00 € (cento e onze mil euros) negativos.

No que respeita a eventuais constrangimentos económicos, constata que eles não são muitos uma vez que no início do anterior ciclo político a dívida à Banca era de 12.000.000,00 € (doze milhões de euros) e neste momento é de apenas 7.000.000,00 € (sete milhões) o que representa uma redução significativa do montante dos empréstimos bancários. Já a dívida a terceiros, cerca de 2.000.000,00 € (dois milhões de euros), considerou não ser muito significativa.....

Verificou, pois, uma redução de dívida global de cerca de 845.000,00 € (oitocentos e quarenta e cinco mil euros) quando comparado com o ano de 2016.....

Disse não ter gostado de ler que o Relatório de Gestão do próximo ano, 2018, refletirá uma gestão diferente e nos moldes para os quais foram mandatados, esperando que os factos não venham demonstrar o contrário.

O **Vice-Presidente da Câmara**, esclareceu que conhecia muito bem as contas do IPB, uma vez que faz parte do Conselho Executivo e acompanha bem de perto a atividade da Fundação.

Reiterou o que disse em Reunião de Câmara passada, que o IPB estava a dar resultado positivo, não afirmando que deu resultado positivo. Esta situação prende-se com o facto de, ao ser uma Escola abarca dois anos letivos, ou seja, existe uma realidade até junho/julho e depois existe outra realidade a partir de setembro. Sucede que do ano letivo 2016/2017 para o ano letivo 2017/2018 foram alteradas uma série de circunstâncias. O primeiro foi bastante penalizante para as contas do IPB, o segundo já está a ser lucrativo.

Acrescentou que, quando mencionou que já estaria a dar resultados operacionais positivos, se referia ao facto de o ano corrente estar a ter um saldo operacional positivo, isto apesar de ter consciência



Oliveira do Bairro câmara municipal

que no final do ano transato o resultado era negativo, contudo, o resto do ano letivo corrente já é positivo operacionalmente.....

O **Presidente da Câmara**, mencionou que a redução dos Custos Diferidos se prende com o facto de no ano de 2016 ser reconhecido o valor do Capital da Fundação Comendador Almeida Roque e em 2017 uma vez que o mesmo foi concretizado, já não consta.

No que respeita à Aplicação de Resultados, informou que o resultado apurado em 2017, no montante de cerca de 1.231.000,00 € (um milhão duzentos e trinta e um mil euros) negativo, ainda não foi aplicado, será sim, aplicado após a respetiva deliberação. Os 39.327.000,00 € (trinta e nove milhões trezentos e vinte e sete mil euros) que ali são mencionados, comportam o resultado do exercício anterior e outras correções que daí advieram.

Em relação aos financiamentos recordou que consta no Plano o pagamento de cerca de 800.000,00 € (oitocentos mil euros) de capital.....

Quanto ao resultado negativo, referiu que poderia explicar o que se passou em dois meses, quanto ao restante período do ano não o poderia fazer, sendo que, tal reflete as opções que foram tomadas pelo anterior Executivo Municipal e que estão refletidas no documento em análise, alguns inerentes aos custos de estrutura que foram criados.

Em relação à questão da recolha de lixo e se o novo contrato estaria a trazer os resultados desejados, informou que para a Autarquia e no que respeita à resposta que aquele serviço dá à população, o resultado foi desastroso. O valor reduziu de 42,00 € (quarenta e dois euros) por tonelada para cerca de 18,00 € (dezoito euros) por tonelada. Quando o novo Executivo assumiu funções as faturas não eram pagas desde maio de 2017 e agora depois de muita insistência para que a empresa viesse a resolver, a corresponder e a cumprir, as mesmas já se encontram regularizadas.

No que concerne à mensagem final do documento, esclareceu que lidera um Executivo diferente do anterior, logo a gestão será também ela diferente e o resultado será diferente.

O **Vereador Fernando Silva**, disse ter feito parte do Conselho Consultivo do IPB e foi Presidente do Conselho Executivo e pretende que tudo corra muito bem, contudo, verificando as contas do ano económico constata que ainda não se deu a volta, desejando que tal venha a suceder. Procurou saber o que pretende o Vice-Presidente da Câmara dizer quando se referiu aos resultados operacionais, uma vez que são distintos dos resultados líquidos.....

Mais disse ter ficado confuso com as palavras do Vereador António Mota, quando este afirmou que quando o anterior Executivo assumiu funções há doze anos a dívida era de cerca de 11.000.000,00 € (onze milhões) e que agora é de 7.000.000,00 € (sete milhões) e depois referiu 14.000.000,00 € (catorze milhões), sendo que 7.000.000,00 € (sete milhões) eram dívidas à Banca. Na sua opinião a dívida é dívida, quer seja à Banca quer seja a fornecedores.

O **Vice-Presidente da Câmara**, referiu que se tinha reportado a resultados operacionais de forma



Oliveira do Bairro câmara municipal

consciente, ou seja, resultados líquidos mais impostos e depreciações.....

O **Vereador António Mota**, disse entender que quando o Presidente da Câmara traz este documento para análise, nomeadamente no que respeita à Demonstração do Resultados, não importa se o mesmo geriu 10 ou 12 meses, deve sim responder sobre os motivos que deram origem àquele resultado, pelo que deve elucidar das razões que levaram a esta redução significativa dos valores constantes daquela Demonstração de Resultados e que se prende essencialmente com as amortizações que rondaram mais de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros).....

Procurou saber quanto é que custa ao Município a recolha anual de lixo, independentemente de todos saberem que a recolha é péssima e o Contrato, na sua opinião, foi mal feito e é mal-acompanhado. Se a Câmara Municipal tem uma receita de 598.000,00 € (quinhentos e noventa e oito mil euros) disse gostar de saber qual o montante da despesa.....

Respondendo à questão dos empréstimos, afirmou que no ciclo de gestão do Executivo Municipal anterior, houve uma redução significativa dos empréstimos, redução essa que rondou quase 5.000.000,00 € (cinco milhões de euros), logo, neste momento, a Câmara Municipal possui uma excelente capacidade para se poder financiar através da contratação de empréstimos, se assim o desejar, compensando, na sua opinião, analisar a possibilidade de contrair novos empréstimos que potenciem a execução de obra, considerando os custos e a necessidade de a executar.....

O **Presidente da Câmara**, informou que quando viu o valor constante da Demonstração de Resultados fez de imediato uma análise, constatando que também os Vereadores fizeram a devida análise aos valores da Demonstração de Resultados e se fizeram o mesmo em Relação ao Relatório de Gestão e ao Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, verificaram as razões que deram origem ao resultado negativo mencionado.

Em relação à recolha do lixo, lembrou que muito embora haja uma distinção entre a recolha seletiva e a recolha de lixos comuns, os valores referentes à recolha dos mesmos rondam cerca de 600.000,00 € (seiscentos mil euros) por ano.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que o aspeto das Contas é muito importante, sendo estas as piores Contas que já analisou e gostava de ver um Relatório de Contas apresentado de uma forma profissional.

O **Presidente da Câmara**, considerou haver algumas observações que são desnecessárias. Informou que as Contas foram analisadas por um Revisor Oficial de Contas, o qual é controlador da Ordem. Se os Vereadores tiveram oportunidade para verificarem a Certificação Legal de Contas não viram nenhuma observação relacionada com a apresentação da mesma, o que significa que preenche os requisitos, enquadra-se na Lei e é suficiente face ao que é exigível.

O **Vereador António Mota**, questionou se a Lei, presentemente, obriga ou não, a Câmara Municipal a ter um responsável pela execução das Contas e a respetiva assinatura, uma vez que o ROC analisa



Oliveira do Bairro câmara municipal

um documento proveniente de um responsável, nomeadamente de um TOC.

O **Presidente da Câmara**, respondeu que, da informação que lhe foi transmitida pelos Serviços, tal não é necessário.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, após análise do Relatório de Gestão, Documentos de Prestação de Contas de 2017 e ter verificado todos os documentos constantes do Anexo I do Tribunal de Contas que se encontram integralmente elaborados, deliberou por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Aprovar o Relatório de Gestão de 2017 e os Documentos de Prestação de Contas de 2017 e remeter os mesmos à Assembleia Municipal com vista à competente apreciação e votação, ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º, conjugada com a alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

2.º - Aprovar o Inventário 2017, bem como o Mapa Síntese dos Bens Inventariados, nos termos do n.º 10 da Resolução 31/2013 de 16 de novembro e remeter o mesmo à Assembleia Municipal para apreciação ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.....

3.º - Tendo-se apurado no exercício de 2017 um Resultado Líquido negativo de 1.231.549,32 € (um milhão duzentos e trinta e um mil quinhentos e quarenta e nove euros e trinta e dois cêntimos) e no seguimento das imposições legais do ponto 2.7.3.4 do POCAL “É obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 - Património - corresponda a 20% do ativo Líquido” e 2.7.3.5. do POCAL “sem prejuízo do disposto no n.º anterior deve constituir-se um reforço anual da conta 571 - Reservas Legais - no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido”, subscrever a seguinte proposta de aplicação:

- 59 – Resultados Transitados: 1.231.549,32 € (um milhão duzentos e trinta e um mil quinhentos e quarenta e nove euros e trinta e dois cêntimos).

PONTO 3 – INFORMAÇÃO N.º 4/2018 – MANDATO 2017/2021 PRESTADA PELO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – PLANO DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS – VERSÃO PRELIMINAR......

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara, a fim de introduzir o assunto e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.....

O **Vice-Presidente da Câmara**, recordou que o Município de Oliveira do Bairro em meados de março apresentou uma Candidatura ao abrigo do Fundo Ambiental destinado à diminuição do impacto das alterações climáticas. A Candidatura obrigava a que houvesse a integração num Plano Municipal ou inter-Municipal de alterações climáticas. Procurou-se no Município, na CIRA, na CCDD-C, contudo não havia nenhuma Plano em vigor, pelo que o Município se socorreu daquilo que era possível à data da Candidatura, consciente de que a mesma poderia não ser aceite, o que veio a suceder.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Acrescentou que, por uma questão de prudência, se iniciou de imediato a elaboração do respetivo Plano, cuja versão preliminar se encontra em análise e discussão para que possa seguir os seus trâmites legais.

O **Vereador António Mota**, referiu que se devia ter algum cuidado na submissão das Candidaturas, uma vez que bastaria um contacto com os Técnicos Municipais para se ficar a saber da não existência do Plano, entendendo, contudo, que essa responsabilidade deve caber aos Técnicos responsáveis pela área e por conseguinte deverá haver algum cuidado na elaboração das Propostas que são apresentadas ao Executivo Municipal para aprovação.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, valorizou o pensamento que se encontra subjacente à apresentação do presente documento, na medida em que relativamente a determinadas matérias deve haver políticas de regime, ou seja, devem ser assumidos determinados pressupostos que sejam transversais aos diferentes Mandatos, de forma a que outros não destruam aquilo que foi construído, sendo as questões climáticas do conhecimento de todos, sendo que este documento apresenta um pensamento para os próximos trinta anos, durante os quais o PDM pode vir a ser revisto por duas ou três vezes, o qual deve acompanhar aquilo que são as novas tendências climáticas e adaptá-las à gestão do próprio território.

Realçou a capacidade de resposta que a Proteção Civil e a própria Câmara Municipal devem ter face às novas intempéries que são cada vez mais recorrentes, devendo constituir-se uma equipe de intervenção rápida a estas novas exigências.

Realçou o facto de a Ria de Aveiro estar em constante mutação e por conseguinte as zonas baixas do Concelho encontram-se sujeitas a propagação de novas epidemias, pelo que, no seu entender, deve ser acautelado, por parte da Câmara Municipal, um reforço dos cuidados de saúde no Concelho.

O **Vereador Fernando Silva**, desconhecendo se o documento foi produzido por Técnicos Municipais ou por uma entidade externa, realçou o facto de que o mesmo poderia ser aplicado a outros Municípios da região de Aveiro, uma vez que não encontrou nada que fosse específico de Oliveira do Bairro, sendo o mais baixo grau de especificidade a NUT do Baixo Vouga e que pode ser usada para qualquer Município da mesma.

Mais disse que o documento apresentado não representa qualquer Plano, mas antes um conjunto de intenções, não apresentando medidas concretas para o Concelho de Oliveira do Bairro, não calendariza, não orçamenta, pelo que, no seu entender, não servirá para nada a não ser o cumprimento do formalismo.

O **Vice-Presidente da Câmara**, esclareceu que havia a necessidade de o Município possuir um Plano Municipal, que inexistia, assim como não havia no âmbito da CIRA ou da CCDR-C, pelo que se desenvolveu o presente documento, com um grande esforço por parte dos Técnicos, o que deve ser elogiado, realçando ainda que a Candidatura em causa e outras, somente foram possíveis dada a



Oliveira do Bairro câmara municipal

grande qualidade técnica e dedicação dos Técnicos Municipais.

Informou que o Plano foi elaborado por uma entidade externa, podendo, no entanto, ter os contributos necessários com vista à sua melhoria, daí que, o que está em discussão seja a versão preliminar.....

O **Vereador António Mota**, disse concordar com o teor da intervenção do Vice-Presidente da Câmara, a qual deveria ter servido de introdução ao presente ponto da Ordem de Trabalhos.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a versão preliminar do Plano de Adaptação às Alterações Climáticas, nos termos propostos na Informação n.º 4/2018 – Mandato 2017/2021 do Vice-Presidente da Câmara, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.....

.....
PONTO 4 – INFORMAÇÃO N.º 5/2018 – MANDATO 2017/2021 PRESTADA PELO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO E A ERSUC, NO ÂMBITO DA CANDIDATURA DE “IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS INOVADORES PARA A PROMOÇÃO DA RECOLHA SELETIVA NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO”

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara, a fim de introduzir o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva

O **Vice-Presidente da Câmara**, recordou que o presente assunto se reporta a uma Candidatura que foi apresentada pelo Município e a qual será majorada pelo facto de haver um Protocolo com uma entidade externa, neste caso a ERSUC.

Mais disse que após ter sido remetido o teor do Protocolo inicial, foi entendimento do PO-SEUR que o mesmo se encontrava incompleto, sendo focado na Informação o que foi solicitado por aquela entidade, que aguarda o envio do aditamento ao Protocolo para aprovar a Candidatura.

Deu conta do facto de o Protocolo inicial, na Reunião de Câmara em que foi aprovado ter tido os votos contra de alguns dos Vereadores do Executivo Municipal, devido a uma série de factos que então foram mencionados, no entanto, nenhuma das razões então mencionadas foi invocada pelo PO-SEUR, tudo indicando que a Candidatura poderá vir a ser aprovada.

O **Vereador Fernando Silva**, disse discordar do que o Vice-Presidente da Câmara acabara de mencionar, relembrando ter alertado na referida Reunião de Câmara que o Protocolo então colocado à votação não fazia qualquer sentido e o que é facto é que o PO-SEUR lhe deu razão, pelo que, no seu entendimento, o Vice-Presidente da Câmara deve ter alguma humildade para aceitar as recomendações, venham elas de onde vierem e até hoje não demonstrou que tem essa humildade.. Acrescentou que o PO-SEUR alerta precisamente para alguns pontos que realçou na Reunião de Câmara realizada em 25 de janeiro de 2018 e que confirma a sua opinião de que é necessário aceitar algumas opiniões sem olhar ao cariz político, porque de contrário, fica demonstrada a falta de



Oliveira do Bairro câmara municipal

capacidade de análise e no seu caso, quando faz alguns reparos, os mesmos destinam-se a ajudar a Câmara Municipal.

Mais disse serem focadas três questões, a saber, a identificação das responsabilidades de cada uma das entidades envolvidas, questão para a qual alertou na Reunião de Câmara já mencionada; o estabelecimento de metas para a entidade gestora, a Câmara Municipal, e que tinha igualmente chamado à atenção; a quantificação dos resultados que se pretendem atingir e em relação a esta questão não é dada qualquer resposta, a não ser a apresentação de uma série de tabelas.

No seu entender deve ser elaborada uma tabela destinada à quantificação dos resultados e a forma como os mesmos irão ser monitorizados durante a fase de implementação do Projeto.

Alertou para o facto de ser indicado o número de 13.200 habitantes das freguesias de Oiã e Oliveira do Bairro, quando na realidade o enfoque desta medida se destina aos centros urbanos, pelo que, os ganhos dos 5kg/habitante devem ser corrigidos, não se devendo usar o número total de habitantes das duas freguesias mencionadas, o que pode significar que o objetivo não irá ser atingido.

O **Vereador António Mota**, mencionou que se fosse efetuado um novo Estudo os dados seriam completamente diferentes, pelo que, havendo já uma base elaborada pelo Vereador Fernando Silva, a mesma deve ser aproveitada.

Referiu que o motivo do voto contra dos Vereadores do PPD/PSD e da UPOB se ficou a dever ao facto de os números então apresentados estarem errados, o que se veio a constatar, estando agora disponível para votar favoravelmente o documento em análise, pelo que, no seu entender, as sugestões dos Vereadores da Oposição devem ser tidas em consideração porque, como ficou demonstrado, o resultado poderia ter sido completamente diferente.

O **Vice-Presidente da Câmara**, agradeceu os contributos, referindo que mantinha o que antes mencionou, ou seja, era a informação que possuía à data, a Minuta que foi cedida por parte da ERSUC, entidade que tem a experiência nesta matéria que o Município não possui e foi com os dados de então que foi elaborado o referido Protocolo.

Acrescentou ter anotado as sugestões formuladas pelos Vereadores, propondo que o Protocolo fosse votado com a inclusão das considerações apresentadas.

O **Vereador António Mota**, sugeriu que o assunto fosse retirado, de forma a serem efetuadas as correspondentes correções e posteriormente colocado à votação.

O **Presidente da Câmara**, lembrou que a Candidatura se encontra em curso, daí haver alguma urgência na aprovação do aditamento ao Protocolo.

Realçou que o Vice-Presidente da Câmara se comprometeu a incluir as sugestões formuladas pelo Vereador Fernando Silva no documento.

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou que a resposta tem de ser dada até à próxima segunda-feira.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Seguidamente leu os pontos que foram reformulados e que se prendem com a capacidade adicional e a alteração dos valores da população.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta de Aditamento ao Protocolo de Colaboração, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre a ERSUC, Resíduos Sólidos do Centro, S.A. e o Município de Oliveira do Bairro, com vista à implementação de ações enquadradas no Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2014-2020.

PONTO 5 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 14|GAP APRESENTADA PELO GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – REGULAMENTO DA “EXPOBAIRRADA 2018”

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara, a fim de introduzir o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva

O **Vice-Presidente da Câmara**, disse estar disponível para prestar qualquer esclarecimento que fosse considerado necessário.

O **Vereador António Mota**, questionou se o VIVA as Associações irá ser integrado na Expobairrada.

O **Vereador Fernando Silva**, considerou que tipicamente os Regulamentos não podem ser elaborados para todos os anos serem alterados, pelo que, devem ser retiradas do Regulamento todas as componentes variáveis.

Nesse contexto, sugeriu que, nomeadamente, a referência às datas e horas seja substituída pela expressão “a definir pelo órgão Executivo”, o que permitirá que o Regulamento nos próximos anos continue válido.

Considerou, no entanto, que, mais importante que o Regulamento, é saber o que pretende o Executivo Municipal da Expobairrada, daí ter questionado qual o objetivo da redução do número de dias e qual a estratégia que irá ser delineada para este evento, a qual, no seu entender, deveria ter sido previamente discutida em Reunião do Executivo Municipal.

Acrescentou que, da forma como o Regulamento se encontra elaborado, o mesmo representa o atestado de óbito do certame.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, referiu que o presente Regulamento, da forma como foi elaborado se direciona especificamente para os expositores.

Relembrou que a Expobairrada é um marco político da gestão da Câmara Municipal e a população vê igualmente no evento uma marca da gestão da política municipal.

Considerou que as pessoas singulares ou coletivas que se dedicam à atividade agrícola, industrial, comercial ou à prestação de serviços e que tenham acabado de se instalar no Concelho, deveriam ter uma isenção no pagamento do respetivo stand de exposição.

De igual forma, referiu que poderia ser previsto algum tipo de benefício para as pessoas com mais de



Oliveira do Bairro câmara municipal

65 anos e que permitisse àquelas pessoas terem um acesso facilitado ao evento, o mesmo sucedendo com as pessoas que fazem parte do Banco Municipal de Voluntariado.

O **Vice-Presidente da Câmara**, referiu que o Viva as Associações não será enquadrado na Expobairrada. O que o Executivo Municipal assume no corrente ano é que não haverá o Viva as Associações, pelo que, naturalmente, a Expobairrada deverá ter uma envolvimento por parte das Associações que não tinha no passado.

Informou que a apresentação do evento, a fundamentação das razões, pormenores de estratégia e o programa serão efetuados dentro em breve.

Em relação à expressão de que se estava a passar uma certidão de óbito a este evento, referiu que era uma opinião do Vereador Fernando Silva, com a qual não concordava e não iria comentar.

Mais disse entender o alcance das sugestões do Vereador Álvaro Ferreira, admitindo que as mesmas poderão vir a ser analisadas, por forma a beneficiar os setores ou as pessoas em causa.

O **Vereador António Mota**, referiu ser o documento que agora se encontra para ser aprovado não pode ser alterado à posteriori, daí que todas as situações terão de ser já previstas no documento, nomeadamente as que se prendem com as sugestões do Vereador Álvaro Ferreira.

Considerou que ao Executivo compete levar a efeito o evento à sua maneira, cabendo-lhe igualmente a respetiva responsabilidade política, pelo que, na sua opinião o que está a ser sugerido é muito redutor para a qualidade e dimensão que o evento deve ter e o Município merece mais.

Tendo em atenção que as Associações irão participar na Expobairrada, questionou se as mesmas irão pagar pela sua presença nos stands da mesma forma como pagam os restantes expositores, não acreditando que estes, tendo em atenção o número de dias do evento tenham disponibilidade para participar e dinamizar o mesmo, pelo que, considera que efetivamente se está a liquidar a Expobairrada, quando, pelo contrário, se deveria duplicar as iniciativas, sendo que o tempo de duração do evento deveria continuar a ser de uma semana e não menos.

Muito embora considere que se está a tempo de proceder a alguns ajustes, esclareceu que irá votar contra, essencialmente pelo número de dias de realização do evento, que é redutor para o Concelho de Oliveira do Bairro que merece um evento com dimensão e que faça com que as pessoas participem no mesmo.

O **Vereador Fernando Silva**, lembrou que algumas das empresas que irão participar no evento apesar de serem do Concelho não são associadas da ACIB, mas ainda assim deveriam ter algum tipo de redução no pagamento.

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou constar do Regulamento que as Associações se encontram isentas do pagamento, da mesma forma que consta uma diferenciação positiva relativamente ao pagamento por parte de empresas do Concelho, sejam ou não associadas da ACIB.

O **Presidente da Câmara**, disse defender um trabalho de acompanhamento permanente junto das



Oliveira do Bairro câmara municipal

empresas, junto daqueles que todos os dias investem no Concelho de Oliveira do Bairro e irá ser esse o objetivo da Expobairrada este ano.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com o voto contra dos Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva, aprovar o Regulamento da “ExpoBairrada 2018”, nos termos da Informação do Gabinete de Apoio à Presidência, datada de 3 de abril de 2018 e que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.
Os Vereadores António Mota e Fernando Silva, declararam que o voto contra, se deve às razões aduzidas nas suas intervenções.

PONTO 6 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 16|GAP APRESENTADA PELO GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES COM CAMADAS JOVENS – REFORÇO DO APOIO FINANCEIRO

Não tomaram parte na discussão e votação do presente assunto, designadamente na parte respeitante aos apoios a conceder às Associações, relativamente às quais declararam existir impedimento, os Vereadores que se declararam impedidos nos termos e ao abrigo do n.º 4 do art.º 24.º do Código do Procedimento Administrativo, declarações de impedimento aquelas que foram aceites pelo Presidente da Câmara, respetivamente.

Por esse facto, não participou na discussão nem na votação da atribuição do subsídio à União Desportiva de Bustos, o Vereador Álvaro Ferreira;

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Susana Martins, a fim de introduzir o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva

A **Vereadora Susana Martins**, relembrou que o Regulamento de Apoio às Associações ainda se encontra em elaboração. Apesar disso, compreendendo que a época desportiva está em curso e existem algumas necessidades que têm de ser colmatadas, o Executivo Municipal entendeu reforçar a verba que tinha sido previamente atribuída às camadas jovens.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, defendeu que o Regulamento deve ser oportunamente publicitado, de modo a que as Associações conheçam as regras e para que as mesmas consigam preparar convenientemente as épocas desportivas.

O **Vereador António Mota**, disse haver na Câmara Municipal um documento contendo um conjunto de informações que poderia servir de base a que um dos pilares deste Executivo, a gestão transparente, fosse efetivamente uma realidade.

Mais disse, que a Câmara Municipal possui informações relativamente a todas as Associações e do número de atletas em cada escalão, bem como o número de atletas por competição, pelo que, no seu entender, essas informações deviam ser apresentadas ao Executivo Municipal por forma a poder haver uma comparação com os anos anteriores. A este respeito, referiu que o facto de não ser



Oliveira do Bairro câmara municipal

atribuída uma segunda tranche ao Frei Gil Voleibol Clube, significa que houve uma redução muito grande do número de atletas, mas essa é uma análise que não pode fazer, uma vez que não foram disponibilizados esses dados.....

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que a primeira tranche ocorreu pelo facto de o Executivo Municipal ser sensível aos constrangimentos das Associações e de o Regulamento ainda não ser uma realidade, daí que se tenha feito um adiantamento.

Do seu ponto de vista, o Regulamento não entrará em vigor antes do final do ano, pelo que, o Executivo Municipal deveria analisar os dados atuais de cada uma das Associações com Camadas Jovens e atribuir as verbas com base no montante global que está disponível para atribuir, por estas razões, declarou que votaria contra.

A **Vereadora Susana Martins**, informou os presentes ter entrado em contacto com todas as Associações de forma a conseguir recolher dados relativos às equipas e número de atletas, do custo que as mesmas têm por atleta e por equipa e que lhe possibilitou chegar a um número concreto e que permite agora o reforço da verba inicialmente disponibilizada.

Mais informou que o Frei Gil Voleibol Clube não irá receber o reforço da verba, uma vez que, em consequência do encerramento do IPSB houve uma redução drástica do número de atletas.

Referiu ter elaborado um documento que espelha o custo de cada equipa, de cada atleta, do custo dos treinadores e outras variáveis, que ainda não foi dado a conhecer pelo facto de subsistirem ainda algumas dúvidas que estão em via de serem esclarecidas.

O **Vereador António Mota**, disse que, a ser assim, se a Vereadora já tinha na sua posse aqueles elementos, poderia ter elaborado a Informação de outra forma e assim evitar o voto contra ou a abstenção de algum dos Vereadores. Se essa informação fosse prestada, seria, na sua opinião, um ato de transparência da gestão municipal.

O **Vereador Fernando Silva**, informou que, face à informação agora prestada pela Vereadora Susana Martins, não irá votar contra.

O **Presidente da Câmara**, disse que o Executivo Municipal fará todos os esforços no sentido de conseguir que o Regulamento de Apoio às Associações esteja pronto em junho, para que as Associações fiquem a saber com o que podem contar.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Atribuir os subsídios a cada uma das Associações do Concelho e no montante constante da Informação do Gabinete de Apoio à Presidência, datada de 6 de abril de 2018 e que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Aprovar a Minuta-Tipo de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e as correspondentes Associações.



Oliveira do Bairro câmara municipal

.....
PONTO 7 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 17|GAP APRESENTADA PELO GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – APROVAÇÃO DO ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA JUNTA DE FREGUESIA DE OIÃ

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, a fim de introduzir o assunto e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva

O **Presidente da Câmara**, informou que nos primeiros seis meses do ano se deve estipular as competências que podem ser cometidas às Juntas de Freguesia, por intermédio da celebração do competente Acordo de Execução, o qual deve ser subscrito pela Câmara Municipal e posteriormente aprovado pela Assembleia Municipal.....

Esclareceu que os acordos de execução em análise foram fruto de um trabalho conjunto com as próprias Juntas de Freguesia e elaborados com base em dados objetivos, pelo que, os valores apresentados resultam dessa mesma matriz. O valor global da atribuição é de 235.000,00 € (duzentos e trinta e cinco mil euros).

O **Vereador António Mota**, questionou se os elementos eram os que já existiam, ou se eram novos.

O **Presidente da Câmara**, informou que a atribuição tinha sido feita com base em elementos de anos anteriores, acrescido de um novo, que se refere a áreas verdes que, em alguns casos já eram limpos pelas Juntas de Freguesia.

O **Vereador Fernando Silva**, questionou se os Presidentes de Junta concordaram com o método utilizado.

O **Presidente da Câmara**, informou que o assunto foi discutido entre todos, nomeadamente o que respeitava às formulas de cálculo e os arredondamentos aplicados, tendo havido a concordância por parte de todos os Presidentes de Junta de Freguesia.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Subscrever a minuta do Acordo de Execução de Delegação Legal de Competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia de Oiã, nos termos da alínea m) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º - Propor à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da sobredita minuta de Acordo de Execução, nos termos e para os efeitos dos art.º 132.º e art.º 133.º e consequentemente autorizar a denúncia do Acordo de Execução em vigor, nos termos do n.º 4 do art.º 134.º do mesmo diploma legal.

.....
PONTO 8 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 18|GAP APRESENTADA PELO GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – APROVAÇÃO DO ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA JUNTA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO



Oliveira do Bairro câmara municipal

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Subscrever a minuta do Acordo de Execução de Delegação Legal de Competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, nos termos da alínea m) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;.....

2.º - Propor à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da sobredita minuta de Acordo de Execução, nos termos e para os efeitos dos art.º 132.º e art.º 133.º e consequentemente autorizar a denúncia do Acordo de Execução em vigor, nos termos do n.º 4 do art.º 134 do mesmo diploma legal.....

PONTO 9 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 19|GAP APRESENTADA PELO GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – APROVAÇÃO DO ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA JUNTA DE FREGUESIA DA PALHAÇA.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Subscrever a minuta do Acordo de Execução de Delegação Legal de Competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia da Palhaça, nos termos da alínea m) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º - Propor à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da sobredita minuta de Acordo de Execução, nos termos e para os efeitos dos art.º 132.º e art.º 133.º e consequentemente autorizar a denúncia do Acordo de Execução em vigor, nos termos do n.º 4 do art.º 134 do mesmo diploma legal.....

PONTO 10 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 20|GAP APRESENTADA PELO GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – APROVAÇÃO DO ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BUSTOS, TROVISCAL E MAMARROSA.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Subscrever a minuta do Acordo de Execução de Delegação Legal de Competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, nos termos da alínea m) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.º - Propor à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da sobredita minuta de Acordo de Execução, nos termos e para os efeitos dos art.º 132.º e art.º 133.º e consequentemente autorizar a denúncia do Acordo de Execução em vigor, nos termos do n.º 4 do art.º 134 do mesmo diploma legal.....

PONTO 11 – INFORMAÇÃO|PROPOSTA N.º 74|2018 APRESENTADA PELA UNIDADE PARA O



Oliveira do Bairro câmara municipal

CONHECIMENTO E COESÃO SOCIAL – CANCELAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSA DE ESTUDO E OUTROS APOIOS AOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Águas, a fim de introduzir o assunto.

A **Vereadora Lília Águas**, informou que depois da bolsa atribuída a uma aluna do Concelho, foi entregue documento com a indicação do montante da Pensão de Alimentos recebida pela mãe, que obrigou a nova avaliação do processo, com este, esta aluna deixou de poder auferir da bolsa por ultrapassar os montantes fixados no regulamento.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, proceder ao cancelamento da Bolsa de Estudo atribuída a Beatriz Inês Silva Santos, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 6.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo.

PONTO 12 – INFORMAÇÃO|PROPOSTA N.º 100|2018 APRESENTADA PELA UNIDADE PARA O CONHECIMENTO E COESÃO SOCIAL – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO A NOVOS FITADOS

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Águas, a fim de introduzir o assunto.

A **Vereadora Lília Águas**, referiu que, à semelhança dos anos anteriores, o Executivo Municipal entendeu que deveria continuar a dar este tipo de apoio aos novos fitados do Concelho, sendo que, em contrapartida, constará a menção ao Município de Oliveira do Bairro.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribuir ao aluno Fábio Caiado, novo fitado da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, uma comparticipação, no montante de 100,00 € (cem euros), mediante a entrega da plaquete publicitária e do respetivo recibo.....

PONTO 13 – INFORMAÇÃO|PROPOSTA N.º 101|2018 APRESENTADA PELA UNIDADE PARA O CONHECIMENTO E COESÃO SOCIAL – ADESÃO À REDE DE MUNICÍPIOS AMIGOS DOS IMIGRANTES E DA DIVERSIDADE

Intervio neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Águas, a fim de introduzir o assunto e os Vereadores Álvaro Ferreira e Fernando Silva.....

A **Vereadora Lília Águas**, informou que o Executivo Municipal entendeu aderir à Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade, juntando-se assim aos 95 que já fazem parte desta Rede, acrescentando que esta adesão não representa qualquer encargo para o Município.....

Esta adesão permitirá ao Concelho munir-se de mais dados, mais indicadores que permitam desenvolver um plano trabalho na área Social para implementar junto destas pessoas que vivem no Concelho de Oliveira do Bairro.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, valorizou esta Proposta de adesão, uma vez que têm chegado ao



Oliveira do Bairro câmara municipal

Concelho diversas famílias provenientes da Venezuela, fruto da crise que aquele país atravessa, tendo destacado igualmente o facto de a Assembleia de Freguesia de Oíã ter aprovado na sua última Sessão, um Regulamento de Apoio Jurídico ao Imigrante, pelo que, no seu entender, estas ações devem encontrar-se interligadas.

O **Vereador Fernando Silva**, questionou se a etnia cigana está incluída.

A **Vereadora Lília Águas**, informou que na área do Município de Oliveira do Bairro, além dos novos imigrantes provenientes da Venezuela, existem igualmente imigrantes Russos e Ucrânianos. De igual modo esta rede aplica-se à comunidade de etnia cigana, que é cada vez maior no Concelho, contudo verifica-se que a sua integração é cada vez menor, nomeadamente no que respeita aos adultos, que não estão inseridos nem social nem profissionalmente e este tipo de trabalho em Rede irá permitir a elaboração de um plano de trabalho.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a adesão à “Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade”, nos termos da Informação|Proposta n.º 101|2018 da Unidade para o Conhecimento e Coesão Social, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 14 – INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 87.2018/DGUOM – ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO COM O ALVARÁ N.º 10L/92, REFERENTE AO LOTE C23 - RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE 29 DE MARÇO DE 2018 E REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara, a fim de introduzir o assunto.

O **Vice-Presidente da Câmara**, referiu tratar-se de uma correção de uma informação e da revogação de uma deliberação, tal como consta da Informação Técnica, dado ter-se constatado a existência de uma área de 207 m2 prevista numa deliberação de 13.12.2012 e que não foi possível, à data, registar por recusa da Conservatória do Registo Predial. Este facto não foi tido em conta na Informação presente para deliberação na última Reunião de Câmara, pelo que teve de se proceder à respetiva correção de forma a solucionar definitivamente a questão.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Retificar a aprovação ao alvará de loteamento 10/92 [proposto na informação técnica 77.2018|DGUOM], a qual se baseia na correção da área de zonas verdes e área total do loteamento que passam a integrar a área de 207m2, passando a ter os seguintes parâmetros: Área de lote: 9.434m2; área total dos lotes: 188.216,00m2; área total do loteamento: 226.412,30m2; área de zonas verdes: 18.838,30m2; área de zona de caminhos: 19.358,00m2;.....

2.º - Revogar a deliberação da reunião de câmara datada de 13 de dezembro de 2012 referente à



Oliveira do Bairro câmara municipal

alteração do lote C23 do loteamento com alvará 10/92, uma vez que não foi possível registar na CRP pelo facto desta entidade não aceitar os fundamentos inerentes à criação da ar1 e ar2.

PONTO 15 – INFORMAÇÃO N.º 60|2018 PRESTADA PELA UNIDADE DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL, DESPORTO E LAZER – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL, NO DIA 3 DE MAIO, PARA A REALIZAÇÃO DA PEÇA DE TEATRO “THE GREAT GATSBY”, PELO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE OLIVEIRA DO BAIRRO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência gratuita do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, no dia 3 de maio de 2018, ao Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, para efeitos da realização da Peça de Teatro “The Great Gatsby”.

PONTO 16 – INFORMAÇÃO N.º 62|2018 PRESTADA PELA UNIDADE DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL, DESPORTO E LAZER – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL, NO DIA 19 DE MAIO, PARA A REALIZAÇÃO DO “FESTIVAL DE GRUPOS MUSICAIS SÉNIORES”, PELA JUNTA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO BAIRRO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência gratuita do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, no dia 19 de maio de 2018, à Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, para efeitos da realização do “Festival de Grupos Musicais Séniores”.

PONTO 17 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO GABINETE DE COMUNICAÇÃO – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA FREGUESIA DE OIÃ, NO DIA 2 DE JUNHO, PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO “MISS BAIRRADA 2018”, SOLICITADO PELA ASSOCIAÇÃO PARCELA DE SORRISOS.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência gratuita do Auditório da Freguesia de Oiã, no dia 2 de junho de 2018, à Associação Parcela de Sorrisos, para efeitos da realização do evento “Miss Bairrada 2018”.

PONTO 18 – E-MAIL DA KIWICOOP, COOPERATIVA FRUTÍCOLA DA BAIRRADA, CRL, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DO “ESPAÇO INOVAÇÃO” NO DIA 21 DE ABRIL, PARA REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do Auditório do “Espaço Inovação” no dia 21 de abril de 2018 à Kiwicoop, Cooperativa Frutícola da Bairrada, CRL, para efeitos de realização de Seminário.

PONTO 19 – E-MAIL DA JUNTA DE FREGUESIA DE OIÃ A SOLICITAR A CEDÊNCIA DE 3



Oliveira do Bairro câmara municipal

BARRAQUINHAS PARA UTILIZAÇÃO NA “FESTA DA PRIMAVERA” A REALIZAR NOS DIAS 5 E 6 DE MAIO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a cedência de 3 barraquinhas à Junta de Freguesia de Oia, para utilização na “Festa da Primavera”, a realizar nos dias 5 e 6 de maio.

.....
PONTO 20 – E-MAIL DO FREI GIL VOLEIBOL CLUBE, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DO PAVILHÃO DA ESCOLA DR. ACÁCIO DE AZEVEDO NOS DIAS 13 E 14 DE ABRIL, PARA REALIZAÇÃO DE TORNEIO DA ETAPA DO GIRA VOLEI – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 3 DE ABRIL DE 2017

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara datado de 3 de abril de 2018, em que autorizou a cedência do Pavilhão da Escola Dr. Acácio de Azevedo ao Frei Gil Voleibol Clube, para realização de “Torneio da Etapa do Gira Volei”, nos dias 13 e 14 de abril.

.....
PONTO 21 – E-MAIL DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – REGIÃO DE AVEIRO, A SOLICITAR A CEDÊNCIA DO “ESPAÇO INOVAÇÃO” NO DIA 7 DE ABRIL, PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADE – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 4 DE ABRIL DE 2017

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara datado de 4 de abril de 2018, em que autorizou a cedência do “Espaço Inovação” ao Corpo Nacional de Escutas-Região de Aveiro, para realização de atividade no dia 7 de abril.....

.....
PONTO 22 – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO ESPAÇO INOVAÇÃO PARA O DIA 18 DE ABRIL PELA COMISSÃO DE FESTAS DE SÃO BARTOLOMEU DO TROVISCAL PARA A REALIZAÇÃO DA “FESTA DO LEITÃO” PARA ANGARIAÇÃO DE FUNDOS – RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE 29 DE MARÇO DE 2018 – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 3 DE ABRIL DE 2018

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara datado de 3 de abril de 2018, em que procedeu à retificação da deliberação constante do ponto 15 da Reunião do Executivo Municipal de 29 de março de 2018.....

.....
RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia **11** de **abril** do ano **de 2018**, do qual constam os seguintes dados e valores:



Oliveira do Bairro câmara municipal

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: 567.135 Euros e 02 Cêntimos

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: 776.569 Euros e 81 cêntimos

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: 1.343.704 Euros e 83 Cêntimos

.....
.....
Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dezassete horas e cinquenta minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, José Miguel Cardoso Duarte, Coordenador Técnico, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.

Duarte dos Santos Almeida Novo

José Miguel Cardoso Duarte

Jorge Ferreira Pato

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

Susana Maria da Silva Martins

António Augusto Marques Mota



Oliveira do Bairro câmara municipal

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Fernando José Martins da Silva